

LEI 419/2017, 06 de dezembro de 2017

EMENTA: Adequa Lei Municipal de acordo com as alterações exigidas pela Lei Complementar Federal 157/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MISSÃO VELHA, ESTADO DO CEARÁ, DIEGO GONDIM FEITOSA, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU, E EU, SANCIONO, E PROMULGO**, a seguinte Lei:

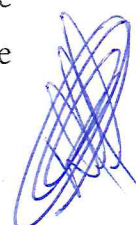
Art. 1º: Esta lei tem como objetivo adequar o Código Tributário Municipal às exigências estampadas na Lei Complementar 157/2016, a qual dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, a Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), e a Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990, que “dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidos, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências”.

Art. 2º: Os subitens 1.03, 1.04, 7.16, 11.02, 13.05, 14.05, 16.01 e 25.02 da Lista de Serviços instituída pelo artigo 51 da Lei Municipal 091/2010, passam a ter as seguintes redações:

1.03 – Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e



dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

13.05 – Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichéria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

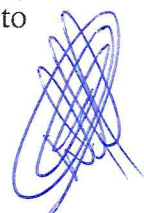
14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

16.01 – Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

25.02 – Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

Art. 3º A Lista de Serviços instituída pelo artigo 51 da Lei Municipal 091/2010, fica acrescida dos subitens 1.09, 6.06, 14.14, 16.02, 17.25 e 25.05, a vigor com as seguintes redações:

1.09 – Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto



a distribuição de conteúdos pelos prestadores de Serviços de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

6.06 – Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.

14.14 – Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

16.02 – Outros serviços de transporte de natureza municipal.

17.25 – Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.

25.05 – Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

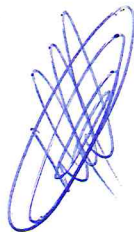
Art. 4º O artigo 53 da Lei Municipal 091/2010, passa a vigor com as seguintes alterações:

Art. 53: O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I ao XXV, quando o imposto será devido no local:

[...]

XII - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

[...]



XVI - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista de serviços;

[...]

XIX - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista de serviços

[...]

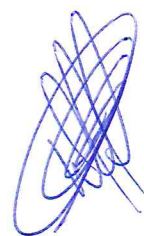
XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXIV - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01 da lista de serviços;

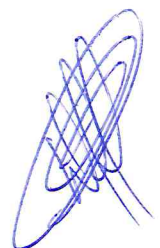
XXV - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09 da lista de serviços.

Art. 5º Os subitens da Lista de Serviços instituída pelo artigo 51 da Lei Complementar nº 091/2010, passam a vigor com as seguintes alíquotas:

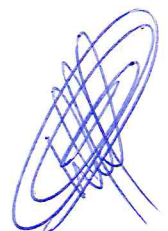
SUBITEM	ALÍQUOTA
1.01	5%
1.02	5%
1.03	5%
1.04	5%
1.05	5%
1.06	5%
1.07	5%
1.08	5%
1.09	5%
2.01	5%
3.02	3%



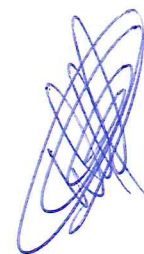
3.03	3%
3.04	3%
3.05	3%
4.01	5%
4.02	5%
4.03	5%
4.04	5%
4.05	5%
4.06	5%
4.07	5%
4.08	5%
4.09	5%
4.10	5%
4.11	5%
4.12	5%
4.13	5%
4.14	5%
4.15	5%
4.16	5%
4.17	5%
4.18	5%
4.19	5%
4.20	5%
4.21	5%
4.22	5%
4.23	5%
5.01	5%
5.02	5%
5.03	5%
5.04	5%
5.05	5%



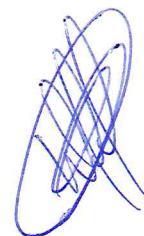
5.06	5%
5.07	5%
5.08	5%
5.09	5%
6.01	2%
6.02	3%
6.03	3%
6.04	5%
6.05	5%
6.06	5%
7.01	5%
7.02	5%
7.03	5%
7.04	5%
7.05	5%
7.06	3%
7.07	3%
7.08	3%
7.09	5%
7.10	5%
7.11	5%
7.12	3%
7.13	3%
7.16	3%
7.17	3%
7.18	3%
7.19	5%
7.20	5%
7.21	5%
7.22	5%
8.01	5%



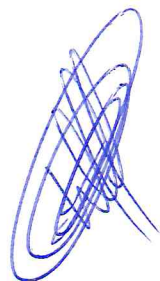
8.02	5%
9.01	3%
9.02	4%
9.03	4%
10.01	5%
10.02	4%
10.03	3%
10.04	4%
10.05	4%
10.06	4%
10.07	4%
10.08	4%
10.09	4%
10.10	4%
11.01	3%
11.02	3%
11.03	3%
11.04	3%
12.01	5%
12.02	5%
12.03	5%
12.04	5%
12.05	5%
12.06	5%
12.07	5%
12.08	3%
12.09	5%
12.10	3%
12.11	5%
12.12	3%
12.13	3%



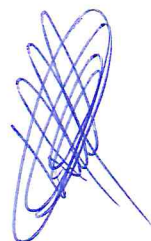
12.14	3%
12.15	3%
12.16	3%
12.17	3%
13.02	3%
13.03	3%
13.04	3%
13.05	2%
14.01	5%
14.02	3%
14.03	3%
14.04	3%
14.05	3%
14.06	5%
14.07	3%
14.08	3%
14.09	2%
14.10	3%
14.11	3%
14.12	3%
14.13	3%
14.14	5%
15.01	5%
15.02	5%
15.03	5%
15.04	5%
15.05	5%
15.06	5%
15.07	5%
15.08	5%
15.09	5%



15.10	5%
15.11	5%
15.12	5%
15.13	5%
15.14	5%
15.15	5%
15.16	5%
15.17	5%
15.18	5%
16.01	5%
16.02	5%
17.01	4%
17.02	4%
17.03	4%
17.04	4%
17.05	3%
17.06	3%
17.08	5%
17.09	5%
17.10	5%
17.11	4%
17.12	3%
17.13	5%
17.14	5%
17.15	5%
17.16	5%
17.17	5%
17.18	5%
17.19	5%
17.20	5%
17.21	5%



17.22	5%
17.23	5%
17.24	3%
17.25	5%
18.01	4%
19.01	5%
20.01	4%
20.02	4%
20.03	4%
21.01	4%
22.01	3%
23.01	4%
24.01	3%
25.01	2%
25.02	2%
25.03	2%
25.04	2%
25.05	5%
26.01	4%
27.01	3%
28.01	4%
29.01	5%
30.01	5%
31.01	4%
32.01	4%
33.01	5%
34.01	5%
35.01	3%
36.01	3%
37.01	3%
38.01	3%



39.01	3%
40.01	3%

Art. 6º A Lei Complementar 091/2010 fica acrescida do art. 55-A passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 55-A: O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima de 2% (dois por cento), exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista de serviços desta Lei.

Art. 7º Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor no exercício financeiro do ano de 2018 e após transcorridos 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MISSÃO VELHA (CE), em
21 de dezembro de 2017.



DIEGO GONDIM FEITOSA
Prefeito Municipal